

## ONOMÁSTICA GALEGA EM DUAS CIDADES DO SUL DE PORTUGAL: SANTARÉM E ÉVORA

MARIA ÂNGELA BEIRANTE \*

O meu interesse pela nossa história urbana levou-me a estudar o passado medieval de duas cidades portuguesas reconquistadas no século XII: Santarém, situada na margem direita do rio Tejo e Évora, no centro do Alto Alentejo, ambas localizadas portanto no Sul de Portugal.

Em qualquer dos casos deparei com a presença constante da onomástica galega, quer a nível da *antroponímia* quer da *toponímia*.

Em Santarém o apelido *Galego* surge nos documentos dos séculos XIII e XIV e atesta a fixação de gente do Norte que, vindo povoar a cidade, acaba por adquirir nela uma posição militar e económica de relevo. Os seus portadores residem de preferência na zona nobre: ou na Alcáçova, ou na freguesia de St.º Estêvão (ou do Santíssimo Milagre). Exemplifiquemos: *João Domingues Galego*, que em meados do século XIV vivia na freguesia de St.º Estêvão, era um rico proprietário da região. Era detentor de uma excelente lezíria do termo de Santarém, junto do Tejo, abaixo dos paços de Valada, onde recolhia 100 moios de pão meado e 2.000 pedras de linho. Esta lezíria era conhecida por *Lezíria do Galego*. É possível que se tratasse de um préstamo régio, pois em 1371 o rei D. Fernando doou-a por “jur de herdade” a D. João Afonso Teles de Meneses, conde de Ourém e tio de Leonor Teles.

Da antroponímia passamos à toponímia. Assim, abaixo dos paços do bispo de Lisboa, situados em Santarém, ficava o *Vale dos Galegos*, certamente agricultado por povoadores galegos. A 9 Km para N. da cidade fica o lugar da *Póvoa dos Galegos* (actual Póvoa de Santarém) que denuncia a mesma origem. Dentro da própria cidade ficava e ainda se conserva o *Beco dos Galegos*, na proximidade da antiga Mouraria e situado numa zona urbana periférica<sup>(1)</sup>.

---

\* Universidade Nova de Lisboa

<sup>(1)</sup> Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1980, pp. 198 e 259; *Santarém Quinhentista*, Lisboa, Ed. da Autora, 1981, p. 71.

No caso de Évora inventariei todos os apelidos de família registados nos documentos conhecidos desde o século XIII ao XV relativos à cidade e constatei que perfazem o elevado número e 1694. Cerca de 20% destes apelidos são de origem geográfica. O apelido de origem geográfica que apresenta maior número de registos [53] é o de *Castelão* ou *Castelhano*, mas só surge na onomástica eborense na segunda metade do século XIV e no seguinte é frequentemente conotado com o epíteto de *estrangeiro*. O segundo apelido de origem geográfica mais frequente em Évora é o de *Galego* (42 registos). O seu aparecimento é contudo mais precoce que o anterior pois surge nos documentos no século XIII.

Charles Higounet considera que os nomes de origem geográfica constituem um material de alto valor para o estudo do movimento das populações<sup>(2)</sup>. Por isso a frequência do apelido *Galego* em Évora da Idade Média não pode deixar de nos revelar uma corrente migratória de elementos populacionais oriundos da Galiza que se estabelecem na cidade alentejana a partir da reconquista. Esta corrente migratória é atestada pela toponímia urbana.

Existem em Évora medieval 2 *ruas dos galegos*, que parecem traduzir a fixação massiva de 2 colónias de imigrantes em momentos diferentes da história urbana. A Rua dos Galegos Velha situava-se a norte, à porta de Avis, perto da Mouraria, e onde, na época muçulmana, se encontrava o arrabalde moçárabe da igreja de S. Mamede. A segunda Rua dos Galegos ficava junto do mosteiro de S. Domingos e nela se achava a albergaria de S. Gião.

Ambas as ruas se situam em lugares periféricos da urbe, mas importantes do ponto de vista da sua vida de relação. É possível que o convento dominicano tenha tido alguma intervenção no processo de instalação dos imigrantes, ao mesmo tempo que construía à sua volta casarias para os novos povoadores<sup>(3)</sup>.

Sabemos que, de um modo geral, o desenvolvimento demográfico das cidades medievais europeias se fez principalmente à custa de movimentos migratórios. Porém estes movimentos foram particularmente

---

<sup>(2)</sup> "Mouvements de populations dans le Midi de la France du XIe au XVe siècle", *Annales, E. S. C.*, 8e Année (1953), n.º 1, pp. 1-24.

<sup>(3)</sup> Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média* (Dissertação de Doutoramento em História apresentada à F. C. S. H. da Universidade Nova de Lisboa, mimeografada) Lisboa, 1988, pp. 146, 175, 243 e segs.



intensos na Península Ibérica, pela existência do que podemos chamar “uma fronteira em movimento”<sup>(4)</sup>. Esta fronteira em movimento é responsável pela ocorrência de fluxos e refluxos migratórios ao sabor das contingências da reconquista. Assim, por exemplo, no que toca à Galiza, no início do domínio islâmico, teria recebido numerosos refugiados do vale do Douro, facto que incrementou grandemente a sua densidade demográfica<sup>(5)</sup>.

A Galiza foi especial pólo de atracção para os religiosos moçárabes e ainda no século IX alguns monges cordoveses emigram para a Galiza, onde os encontramos, por exemplo, no mosteiro de S. Julião de Samos<sup>(6)</sup>.

Mas se a Galiza foi inicialmente porto de abrigo para os que fugiam aos exércitos islamitas, em breve se converteu em foco de dispersão de povoadores. No repovoamento do Norte de Portugal (séc. X-XI) observa-se um movimento inverso ao dos primeiros tempos. Os galegos instalam-se nas terras entre Minho e Mondego, onde concorrem com os moçárabes na ocupação dos espaços disponíveis<sup>(7)</sup>. Estes fluxos e refluxos populacionais foram certamente responsáveis pelo caldeamento de uma individualidade lexical comum à Galiza, Minho e Douro Litoral<sup>(8)</sup>.

---

<sup>(4)</sup> Angus Mackay, *La España de la Edad Media desde la frontera hasta el imperio* (1000-1500), 3.<sup>a</sup> ed., Madrid, Ed. Cátedra, 1985, p. 48.

<sup>(5)</sup> Salvador de Moxó, *Repoblación y Sociedad en la España Cristiana Medieval*, Madrid, Ed. Rialp, 1979, p. 47. José Angel García de Cortázar, “Del Cantábrico al Duero”, *Organización social del espacio en la España medieval. La corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, Barcelona, Ed. Ariel, 1985, p. 53.

<sup>(6)</sup> Claudio Sanchez Albornoz, *Estudios sobre Galicia en la Temprana Edad Média*, La Coruña, Fundación Barrie, 1981, p. 115 e segs. Seis séculos mais tarde, os frades do mosteiro de Samos dispersam-se por lugares bem afastados da Galiza. É o caso de Frei João de Samos, Galego, que, em Santa Maria das Virtudes, não longe de Santarém, esconjurava os demónios, como se vê no *Livro dos Milagres de Nossa Senhora das Virtudes compilado por Frei João da Póvoa em 1497*, publ. por Francisco Correia, sep. da *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2. vol. 3 (1), Lisboa, 1988, p. 29.

<sup>(7)</sup> Salvador de Moxó, *obra cit.*, pp. 50 e segs. José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade, *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Ed. Estampa, 1989, pp. 74-75.

<sup>(8)</sup> J. M. Piel, em *Uma antiga latinidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza*, sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II, 1975-1976, Coimbra, 1976, opina mesmo que a

Na Idade Média é essencialmente como centro despoletador de emigrações que a Galiza nos aparece. Uma ligeira sondagem à história do repovoamento peninsular leva-nos a concluir que as gentes galegas estão presentes nas mais variadas regiões da Península. Encontramos galegos no repovoamento da Estremadura castelhano-leonesa, que se opera nos séculos XI-XII em cidades como Salamanca, Ávila, Segóvia e Samora e até no reino de Toledo e na região de Alcarria se fixam gentes da Galiza<sup>(9)</sup>. No século XIII vêmo-las ainda no repovoamento da Andaluzia e em Sevilha do século XIV existia mesmo a Rua dos Galegos, junto da praça onde era vendido o pescado<sup>(10)</sup>. Manuel González assinala esta presença como sintomática de uma Galiza “siempre próspera en hombres”<sup>(11)</sup>.

Lindley Cintra observa que o topónimo *Galegos* tem uma frequência notável na Estremadura leonesa e, ao analisar a linguagem dos foros de Castelo Rodrigo, considera que o falar fundamentalmente galego, mas com leonesismos, de Castelo Rodrigo e de Riba-Coa no século XIII, se deve aos repovoadores galegos que, atraídos pelo seu rei Afonso IX, aí se fixaram como verdadeiras colmeias de imigrantes<sup>(12)</sup>.

É por esta mesma época que os galegos aparecem nas cidades portuguesas de Santarém e Évora onde, em vagas sucessivas, se vão enraizando.

Sabe-se que a migração tem sido, ao longo dos tempos, uma constante da história da Galiza. É legítimo inquirirmos, para a época que nos ocupa, as causas da migração para Portugal.

---

“Galécia bracarense” foi foco de irradiação linguística e de cultura popular na época romana, como foi no início da reconquista.

<sup>(9)</sup> Salvador de Moxó, *obra cit.*, pp. 205-232; José María Mínguez, *La Reconquista*, Madrid, 1989, pp. 132-137; Angel Barrios García, *Estructuras Agrarias e de Poder en Castilla. El ejemplo de Avila (1085-1320)*, 1.º vol. Salamanca, Ed. Universidade de Salamanca, 1983, p. 135.

<sup>(10)</sup> Salvador de Moxó, *obra cit.*, pp. 356-365. A. Collantes de Terán diz-nos que muitos galegos que se encontram em Sevilha se dedicam ao comércio de pescado ou de madeira. Cf. *Sevilla en la Baja Edad Media*, Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla, 1977, p. 135.

<sup>(11)</sup> “Andalucía Bética”, *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, p. 172.

<sup>(12)</sup> *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 528-536.



— Uma das causas principais que tem sido apontada como explicação para o fenómeno migratório em geral, é a taxa de natalidade juntamente com a escassez de recursos económicos. Trata-se de uma explicação económico-demográfica que se ajusta bem à Galiza medieva, verdadeiro reservatório de homens e de energias.

Os historiadores dizem-nos que a população galega experimentou ao longo dos séculos XII e XIII um processo de crescimento demográfico<sup>(13)</sup>. Alguns afirmam mesmo que a Galiza foi, na segunda metade do século XII e primeira do XIII, um dos centros políticos e culturais mais vivos da Península, criador da poesia trovadoresca e de obras como *Pórtico da Glória* de Compostela ou *Pórtico do Paraíso* de Orense<sup>(14)</sup>.

Estes incontestáveis depoimentos alertam-nos desde já para a limitação de uma explicação quantitativa para o fenómeno galego na Idade Média. Há que analisar os aspectos qualitativos que transcendem o simples crescimento demográfico, embora não se possam separar dele.

Enumeremos então estes aspectos:

— Um dos mais importantes é de natureza social, pois radica na essência da sociedade senhorial que a grande propriedade nobiliárquica e eclesiástica modelou na zona galaico-portuguesa<sup>(15)</sup>.

— A sociedade galega medieva é constituída por uma grande massa de camponeses dependentes de uma minoria de senhores e as coacções senhoriais desencadeiam naturalmente a emigração. A fuga em direcção às terras do Sul constituía invariavelmente uma aventura bem sucedida. Nos lugares reconquistados, o antigo colono ( que legalmente não podia abandonar a terra que cultivava) adquire direitos e liberdades.

Note-se que estas transferências de população coincidiram com a rotura dos vínculos de parentesco extenso e com a implantação da família

---

(13) Maria do Carme Pallares Méndez e Ermelindo Portela Silva, “Idade Média” in *História da Galiza*, 2.<sup>a</sup> ed., Madrid, Ed. Alhambra, 1981, p. 93.

(14) Emilio González López, *História de Galicia*, pp. 99-100.

(15) Juan José Sayas Abengochea e Luis A. García Moreno, *Romanismo y Germanismo. El despertar de los Pueblos Hispánicos (siglos IV-X)*, t. II de *Historia de España*, dir. por M. Tuñón de Lara, Barcelona, Ed. Labor, p. 464 e segs. Fray Justo Pérez de Urbel, *Dos focos de tendencias económicas y sociales en el reino de León durante el siglo X*, sep. de *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Lisboa, 1973.

conjugal. Como tipo de solidariedade reforçam-se os laços de vizinhança que são transplantados para as novas comunidades, sem esquecer por isso a marca da sua origem que, como vimos, se traduz em etnotopónimos<sup>(16)</sup>.

— Um outro aspecto igualmente importante é de natureza político-militar pois assenta nos interesses da nobreza e da monarquia, empenhadas no comando da sociedade e na manutenção de um “status” privilegiado. Sabemos, por exemplo, que a nobreza portuguesa procurou alianças com a galega através do casamento e que muitas linhagens portuguesas (Barbosa, Soverosa, Límia, Ribeira, Trava, Pereira, Nóvoa) têm origem galega<sup>(17)</sup>.

Muitos nobres galegos, como que fugindo ao centralismo castelhano, demandam a corte dos reis de Portugal. Assim é que D. Pedro Fernandes de Castro, o senhor mais poderoso da Galiza, foi educado na corte portuguesa de D. Dinis. Os seus filhos são indissociáveis da história de Portugal: Inês de Castro ficou imortalizada na lenda e na arte. Álvaro Peres de Castro foi o primeiro condestável de Portugal e, como valido de D. Fernando foi o primeiro conde de Arraiolos<sup>(18)</sup>; D. Fernando de Castro, que foi adiantado-mor da Galiza, teve papel dominante nas guerras entre Pedro I e Henrique de Trastâmara, em que se envolveu D. Fernando de Portugal, optando pelo partido legitimista. A vitória da monarquia trastamarista, eminentemente centralizadora e castelhanizante, canalizou para Portugal a maior parte da nobreza galega, sob a égide dos Castros que tinham grande influência na corte portuguesa. Maior ascendente na corte de D. Fernando (e mais ainda junto de Leonor Teles) veio a ter outro nobre galego, João Fernandes Andeiro, conde de Ourém. A sua influência foi-lhe, porém, funesta. Por ser partidário da união de Portugal a Castela, foi morto pelo Mestre de Avis, fundador da nova dinastia portuguesa<sup>(19)</sup>.

— Devemos ainda sublinhar a importância de outro factor: o político-religioso por se desenvolver ao nível da organização eclesiástica.

---

<sup>(16)</sup> José María Mínguez, *obra cit.*, pp. 83 e segs.

<sup>(17)</sup> José Mattoso, *Identificação de um País*, vol. I, Lisboa, Ed. Estampa, 1985, p. 210.

<sup>(18)</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Palas Editores, 1985, p. 215.

<sup>(19)</sup> Emilio González Lopez, *obra cit.*, pp. 145-179.



Em 1120, Diego Gelmirez obteve do papa Calisto II o reconhecimento de Compostela como metropolitana da província da Lusitania, por oposição a Braga, metropolitana da *Galécia*. Deste modo, não só se fomentaram as rivalidades entre as duas metrópoles, como se reconheceu aos arcebispos galegos o direito de intervenção no governo eclesiástico de várias dioceses portuguesas, como Guarda, Lamego, Lisboa e Évora, situação que se manteve até ao final do século XIV<sup>(20)</sup>. Como corolário desta ingerência galega nas dioceses portuguesas gera-se uma certa mobilidade de elementos da hierarquia eclesiástica de proveniência galega que se deslocam temporariamente pelas cidades do Sul engrossando deste modo o já avultado contingente de galegos aí residentes.

Todos estes factores matizam a explicação puramente quantitativa de emigração galega para Portugal no período medieval. Todos eles se conjugam e permitem compreender a inserção dos vários imigrantes nas duas cidades consideradas.

Em Santarém, os povoadores galegos ascendem com frequência ao nível superior da sociedade urbana como cavaleiros terratenentes, mas a grande massa é integrada por pequenos proprietários ou simples agricultores das terras tomadas de presúria. Em Évora, eles constituem uma classe média de pequenos proprietários ou simples foreiros da propriedade rural ou urbana que, em casos esporádicos, exercem uma profissão diferente da agricultura, como por exemplo de carvoeiro, cutileiro ou corretor.

São estes os homens que usam o apelido de *Galego* que se transmite por gerações e que constituem como que o lastro desta sociedade transplantada. Porém, nos séculos XIV e XV, as referidas cidades dão acolhimento a vários elementos da nobreza galega que não usam o apelido de *Galego*, mas que ostentam nomes como: Barbosa, Valadares, Marinho, Camões e Castro, que denunciam a mesma origem. Estes nobres não vêm sós. Trazem consigo as suas comitivas de criados e dependentes, típicas da sociedade senhorial e implantam no meio urbano solidariedades clientelísticas. É o que sucede com os Castros, que se estabelecem em Évora e, no século XV, dominam a cidade na qualidade de capitães da mesma. Residem na antiga alcáçova dos freires de Évora e o seu prestígio

---

<sup>(20)</sup> Miguel de Oliveira, "Factores religiosos da independência de Portugal", *Congresso do Mundo Português*, II vol., Lisboa, 1940, pp. 73-97.

mede-se não só em bens materiais, mas em cargos honoríficos e em amplas clientelas de escudeiros e criados.

Todas as circunstâncias apontadas nesta abordagem de carácter histórico têm o sabor de contingências espaço-temporais, mas não desmentem, antes confirmam, as palavras de Sanchez Albornoz quando chama aos Galegos “eternos y abundosos pobladores en todas las tierras y tiempos”<sup>(21)</sup>.

Este trabalho foi apresentado no III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, Vigo, 27 de Setembro a 1 de Outubro de 1990.

---

<sup>(21)</sup> *España, un enigma historico*, tomo II, Buenos Aires, 1956, p. 31.